

### Entrevista com Dra. Iolanda Bianchi da Universidade Autônoma de Barcelona



Iolanda Bianchi

**Iolanda Bianchi** é socióloga urbana e política com doutorado em Ciência Política e em Planejamento Urbano. Trabalha na área de governança urbana, política e ação coletiva. A sua investigação centra-se na interação entre a ação pública e coletiva em escala urbana e examina como esta interação pode gerar governança, políticas e mudanças sociais para alcançar cidades mais justas, equitativas e democráticas. Para avançar o conhecimento neste debate, ela trabalha na encruzilhada dos comuns e da nova teoria do municipalismo. Iolanda Bianchi foi co-financiadora e gestora da organização sem fins lucrativos MettiamoSuBottega, Trani, Itália. Trabalhou como Arquiteta em Londres, Reino Unido, e Sevilha, Espanha, de 2010 a 2013. Atualmente é bolsista de pesquisa Ramón y Cajal na Universidade de Barcelona. Anteriormente, foi bolsista Marie Skłodowska-Curie na Universidade de Antuérpia e bolsista Juan de la Cierva na Universidade Autônoma de Barcelona.

**Vanessa Empinotti e Marcelo Aversa** Como a arquiteta e ativista se tornou uma intelectual dedicada à pesquisa dos comuns, especialmente aplicados ao contexto urbano?

**Iolanda Bianchi** Durante meus estudos de arquitetura na universidade, fiquei cada vez mais atraída pela dimensão social da disciplina. Percebi que não me interessava tanto pelos aspectos técnicos, mas por como a arquitetura poderia se tornar um instrumento de mudança eco-social. Como resultado, nos últimos anos de estudo, passei a me interessar mais pelo planejamento urbano e, em particular, pela regeneração urbana, vendo essa prática como uma forma de recuperar ambientes construídos existentes sem desperdiçar mais terrenos e, ao mesmo tempo, torná-los disponíveis para novas necessidades dentro de seus contextos.

Meu interesse por regeneração urbana me levou a explorar diferentes formas de regeneração de baixo para cima, em que a intervenção pública é iniciada e coordenada por organizações da sociedade civil formais

e informais. Junto com alguns colegas, realizei pequenos projetos de regeneração urbana de base em minha região natal, Puglia, na Itália, por meio da organização que fundamos, *MettiamosuBottega*.

Ao observar e praticar essas abordagens de regeneração, fiquei cada vez mais fascinada pela dimensão coletiva e pelas formas de auto-organização que se desenvolvem nesses processos. Infelizmente, na época, meus interesses não coincidiam com minha profissão. Eu trabalhava como arquiteta em Londres para uma empresa que alugava edifícios industriais em áreas carentes e os transformava em polos para o setor criativo da cidade. Isso também era regeneração urbana, mas de natureza especulativa, contribuindo para a gentrificação de áreas da cidade que realmente precisavam de um tipo diferente de intervenção. Então, em um determinado momento, decidi deixar meu emprego e fazer um doutorado para estudar essas práticas de auto-organização que tanto me interessavam e que, na minha opinião, poderiam contribuir para a transformação eco-social, enquadrando-as no conceito muito útil de bens comuns (*commons*).

**Vanessa e Marcelo** O estágio de doutorado de Rodrigo Paixão sob sua supervisão foi muito promissor, considerando que ambos têm interesses semelhantes no campo do planejamento urbano, combinando os comuns e a experiência política na esfera local. Quais foram as ideias preliminares a serem desenvolvidas durante essa colaboração?

**Iolanda** Infelizmente, devo admitir que minha supervisão da tese de doutorado de Rodrigo foi bastante breve, tendo tido a oportunidade de discutir sua pesquisa apenas algumas vezes—uma vez online antes de sua chegada a Barcelona e outra pessoalmente quando ele chegou. Portanto, não conseguimos desenvolver um plano de pesquisa abrangente, mas devo dizer que sua pesquisa me interessava enormemente.

Primeiro, porque combinava seu interesse pelo planejamento urbano com a dimensão política dos comuns, que também é uma característica importante da minha pesquisa—como as instituições públicas e o poder político podem reconhecer e valorizar formas de autogoverno por meio dos instrumentos regulatórios à sua disposição, sendo o planejamento urbano um dos mais importantes. Em segundo lugar, porque eu sempre achei sua pesquisa muito promissora. Os comuns já foram amplamente estudados, mas trabalhos comparativos ainda são mais escassos. Poder comparar dois casos de comuns, um em Barcelona—Can Batlló, e outro em Vinhedo—Fazenda Cachoeira, poderia trazer luz a muitos aspectos que frequentemente não consideramos, especialmente na literatura ocidental sobre os comuns. Esses aspectos poderiam incluir o papel da história colonial na formação das práticas dos comuns, a influência de diferentes abordagens culturais sobre a propriedade coletiva e como as perspectivas do Sul Global podem desafiar e enriquecer as teorias europeias tradicionais de gestão dos comuns.

Além disso, a comparação poderia revelar como diferentes contextos socioeconômicos afetam a relação entre instituições formais e sistemas de governança de base. Seria muito interessante acompanhar o desenvolvimento da tese de Rodrigo. Estou certa de que ela traria uma importante contribuição, não apenas cientificamente, mas também—e especialmente—em termos práticos e de políticas públicas.

**Vanessa e Marcelo** Em um de seus importantes artigos, o conceito de “instituições comum-estatais” é discutido por meio da análise de dois casos do novo municipalismo europeu, nos quais processos de mobilização social culminam na criação da “Água Comum de Nápoles”, na Itália, e do “Barcelona, Ciutatá Patrimoni”, na Espanha. Quais são alguns dos desafios em articular os fundamentos dos comuns com as práticas e instrumentos do planejamento estatal? Pode-se dizer que os movimentos sociais enfrentam tantos desafios na organização política frente ao neoliberalismo quanto enfrentam dentro das instituições dos comuns para alcançar seus próprios objetivos?

**Iolanda** O encontro entre os comuns e o Estado não é fácil nem direto. Para o Estado, reconhecer e apoiar os comuns requer vontade política e o uso de vários mecanismos de apoio—regulatórios, financeiros e logísticos—para fomentar essas práticas. O desafio para o Estado é apoiar essas práticas sem, como Ostrom observou e muitos neo-marxistas concordam, limitar a capacidade de autogestão dessas formas de organização. Esse é um desafio difícil para as autoridades públicas, dado seu viés em codificar e controlar formas de auto-organização social para fins políticos e eleitorais. Para os comuns, entrar em relação com o Estado significa desenvolver uma leitura estratégica da situação política, de forma a aproveitar momentos de fraqueza do Estado ou períodos em que há governos aliados para consolidar suas práticas, aprovar legislações, assegurar recursos e obter reconhecimento de todos os níveis de governo. Tudo isso sem perder sua capacidade transformadora. Esse é um desafio difícil para os comuns, dado que, historicamente, as relações com o Estado frequentemente levaram a formas de cooptação ou domesticação da capacidade transformadora de várias formas de auto-organização e mobilização.

Não estou certa de que esses desafios sejam maiores do que os de se organizar contra o neoliberalismo, especialmente porque o neoliberalismo, ao contrário do liberalismo clássico, foi implementado com amplo apoio das instituições públicas. No entanto, são desafios necessários a enfrentar, porque acredito que, sem o apoio das instituições democráticas, incluindo o Estado, o trabalho dos comuns não pode levar a uma transformação eco-social eficaz e duradoura. As experiências de Barcelona e Nápoles, embora longe de serem perfeitas e com considerável margem para melhorias, mostram como esses desafios podem ser enfrentados e destacam a escala local como um ponto-chave para essa transformação.

**Vanessa e Marcelo** Sobre as perspectivas da agenda de pesquisa dos comuns: Qual é o futuro da aplicação dos comuns nas práticas de planejamento e gestão urbana? Os comuns podem ser considerados um dos novos caminhos para a promoção de uma cidade mais justa? Nossa sociedade está preparada para os comuns?

**Iolanda** Sim, acredito que os comuns são uma forma de organização que pode promover uma cidade mais justa. No entanto, como disse anteriormente, acredito firmemente que a ação dos comuns deve ser combinada com a ação pública na mesma direção. Assim como o Estado sozinho, sem o impulso da mobilização social progressista, pode derivar para práticas conservadoras, neoliberais ou autoritárias, os comuns sozinhos podem derivar para formas de fechamento social e cultural que exacerbam a segregação urbana e as desigualdades sociais. É por isso que acredito que o caminho a seguir é construir instituições comum-estatais, ou o que tem sido chamado de parcerias público-comuns. Essa relação mútua exige linhas claras de responsabilidade: assim como o estado deve prestar contas aos seus cidadãos, os comuns—especialmente aqueles que buscam cumprir funções públicas (como a prestação de serviços públicos)—devem prestar contas ao Estado.

Infelizmente, penso que nossa sociedade, pelo menos a ocidental, ainda não está pronta para os comuns e para as parcerias público-comuns. Muito trabalho precisa ser feito para criar espaço para essas formas de organização sob uma perspectiva regulatória, financeira e outras. No entanto, a luta para libertar os comuns de seu eclipse pelo binômio estado-mercado no século XX já começou e não dá sinais de retrocesso. O caminho adiante exigirá uma navegação cuidadosa tanto de estruturas institucionais quanto de iniciativas de base para criar um futuro urbano mais equitativo, no qual os comuns, e especialmente as parcerias público-comuns, tenham mais espaço para florescer.

